

# Dar Nome aos Bois: Animais e o Espelhamento da Modernidade (Natal, Séculos XIX-XX)

Yuri Simonini <sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo objetiva compreender o papel dos animais frente ao processo de modernização da cidade do Natal entre fins do século XIX e início do XX. A partir da segunda metade do século XIX, cronistas e articulistas externavam, em seus artigos, o desejo da remodelação física da capital do Rio Grande do Norte de acordo com o ideal de urbanidade civilizatório europeu. Na medida em que esse ensejo era concretizado e a cidade se transformava, a relação entre os Homens e Animais igualmente se alteram, produzindo novas tensões e conflitos. Com aporte teórico-metodológico dos Estudos sobre os animais e da História Ambiental, o trabalho retoma fontes documentais amplamente utilizadas na historiografia potiguar, em especial os jornais de ampla circulação local, contudo enfatizando os chamados “invisíveis a plena vista”, nas palavras de Thomas Almeroth-Williams: os animais integrantes do cotidiano da cidade potiguar ao redor das funções de alimentação e de transporte, além de gatos e cachorros. A presença dos animais nos relatos aponta para representações antimodernas; indesejáveis, porém necessários, os bichos eram usados em analogias pejorativas, usadas para criticar atitudes e posições políticas, ou em episódios factuais a fim de enfatizar problemas urbanos. Ademais, a presença dos animais reforçava a ideia de atraso, com inferências coloniais, de encontro a uma cidade que se esforçava em se inserir no mundo capitalista ocidental.

**Palavras-chave:** estudos sobre os animais, história urbana, modernidade, Natal-Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutor em História (Universidade Federal de Minas Gerais), Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNI-RN e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN/CERES, ORCID: 0000-0002-2025-082X. E-mail: simonini@unirn.edu.br

O processo de urbanização de fins do século XIX, no Brasil, e as consequentes transformações sócio-políticas e econômicas dele resultantes impactaram não somente em novas formas de viver a cidade, mas sobretudo afetou o meio ambiente na medida em que este se tornava cada vez mais urbano. A vegetação original deu lugar a ruas, lotes e praças; o que restou foi “domesticado” em jardins, pomares, hortos ou plantadas de acordo com a régua e o compasso. Por sua vez, os animais, presentes na vida humana desde a antiguidade, igualmente tiveram seu papel alterado nesse período.

Sean Kheraj<sup>2</sup> deixa claro a pertinência e a participação de vacas, cavalos, porcos e demais bichos no crescimento citadino do século XIX e sua presença era uma constante, criando uma relação de simbiose assimétrica<sup>3</sup>. Se, em seu entendimento, o ambiente urbano facilitou essa conveniência, há de se considerar também os desafios de sua presença na cidade. Há, portanto, um paradoxo a ser enfrentado: os bichos eram, ao mesmo tempo, necessários e indesejados no meio urbano, em especial quando se insere o ideal de modernidade – i.e., a aproximação dos modelos londrinos e parisienses de urbanidade –, perseguida por parte da sociedade citadina.

Nas cidades de médio e pequeno porte brasileiras, o desejo de modernidade é perceptível e expresso nas colunas dos jornais de circulação diária. Não raro, artigos veiculados entre fins do século XIX e início do XX sobre os mais variados assuntos sugerem a busca pela “civilização”, tornando-se porta-voz das elites. Natal, a pequena capital do Rio Grande do Norte não seria exceção. Sob o jugo político-econômico de Pernambuco e sem uma economia forte e diversificada até meados do século XIX, a cidade somente iniciou seu processo de modernização espacial atrelado ao desenvolvimento econômico e aos melhoramentos portuários para escoamento da produção agrícola. Essa conjuntura permitiu não somente as ações de “aformoseamento” e “ajardinamento” urbano, mas igualmente enfrentavam o desafio de desperta-la de seu “sono colonial”.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Sean Kheraj, “Urban Environments and the Animal Nuisance”, *Urban History Review* 44, n.1-2 (2015), p.37, <https://doi.org/10.7202/1037235ar>.

<sup>3</sup> A simbiose assimétrica é descrita, nas palavras de Kheraj (2015, p.37), como a “relação biológica de benefícios mútuos entre duas espécies no qual uma domina a outra, além de obter maiores vantagens”.

<sup>4</sup> Sobre a cidade do Natal e o processo de modernização entre fins do século XIX e início do XX cf. Giovana Paiva Oliveira. *De cidade a Cidade: o processo de modernização de Natal (1889-1913)* (Natal: EDUFRRN, 2000); Angela L. Ferreira; George Dantas (Org.). *Surge et Ambula: a construção da cidade moderna, Natal 1890-1940* (Natal: EDUFRRN, 2006); Raimundo Arrais; Alenuska Andrade; Márcia Marinho. *O corpo e a alma da cidade:*

Em Natal, a presença da animália corroborava uma imagem colonial, portanto de atraso, cujas elites queriam erradicar a fim de dar prosseguimento aos seus projetos de modernização urbana. Enquanto ruas eram aformoseadas e praças ajardinadas, os cidadãos experimentavam novas percepções acerca dos animais ali presentes. A questão que pairava era essencialmente a mesma: eles deveriam estar ali? As respostas variavam, mas o componente da modernidade jazia nas palavras e nas entrelinhas. O artigo objetiva compreender as formas de representação e de inserção dos animais nas narrativas sobre cidade e os ideais almejados de modernidade em Natal de fins do século XIX e início do XX.

Os animais sempre estiveram presentes na História Urbana, fornecendo transporte, comida, força de trabalho, diversão, entre outros. Na verdade, em praticamente todos os aspectos da vida do homem é possível correlacionar sua existência no campo e na cidade, criando um entrelaçamento excepcional sob seu prisma do estudo da História e de suas complexidades<sup>5</sup>. Além da própria presença moldar fisicamente a trama urbana – a largura da rua colonial dimensionada para a passagem de carroção tracionado por animais, por exemplo – esta, também, impacta nos sentidos: “esses animais contribuíram para o ecossistema urbano característico de cada cidade, para os olhares, sons e cheiros da cidade em suas distintas variações sazonais”<sup>6</sup>. Apesar de discordar, inicialmente, de Dorothee Brantz, sobre a relação determinista entre os animais e o surgimento das cidades e acerca da existência destes no meio urbano se vincula diretamente à presença e interação dos homens, é perceptível que tais interrelações foram (e ainda são), “(...) harmoniosas ou violentas; os seres humanos podem ter reconhecido e apreciado a presença dos animais ou a terem abominado; podem tê-los alimentado ou matado. No entanto, independentemente de

---

Natal entre 1900 e 1930 (Natal: EDUFERN, 2008); Helder do Nascimento Viana; Raimundo Nonato Araújo Rocha; Raimundo Arrais (Org.). *Modernidade: sujeitos, memórias e espaços urbanos* (Natal: Trairy, 2020).

<sup>5</sup> Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle, “Introduction”. In *The Handbook of Historical Animal Studies*, ed. Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle (Berlin: Gruyter, 2021).

<sup>6</sup> Dorothee Brantz, “Animals in Urban-Environmental History”, in *Concepts of Urban-Environmental History*, ed. Sebastian Hauman; Martin Knoll; Detlev Mares (Bielefeld: transcript Verlag, 2020), p.193. Do original: “these animals contributed to each city’s distinct urban ecosystem, to the sights, sounds, and smells of the city in its distinct seasonal variations”.

os seres humanos terem ou não prestado atenção às criaturas não humanas, os animais desempenharam um papel vital no desenvolvimento das cidades ao longo do tempo”.<sup>7</sup>

A cidade enquanto lugar, é um espaço criado pelo homem, no qual os animais foram inseridos ou se encontravam neste dito espaço. Em ambos os casos, eles não possuem noção de pertencimento, papel ou consciência, i.e “animais não experimentam o lugar como lugar”<sup>8</sup>. Coube ao homem, mediante seus registros e representações, conferir estas condições aos animais e, logo, outorgou-se a si mesmo o direito de alterá-los, com atribuições positivas e/ou negativas.

A antiga e profícua presença, nesse sentido, foi amplamente registrada em diversas publicações, como relatórios político-administrativos e médicos, tratados técnico-científicos, revistas, jornais, representações artísticas. Todavia, apesar de farto material primário, poucos historiadores urbanos se detiveram sobre os animais. A estes “invisíveis em plena vista”, Thomas Almeroth-Williams sintetiza, com clareza, a constatação acerca da incipiente produção acerca da História do Animais no meio urbano inversamente proporcional ao material existente e disponível, além das possibilidades de investigação para o historiador<sup>9</sup>. Neste artigo, tais fontes constam nos jornais em circulação do período, existentes no acervo digital da Biblioteca Nacional < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Não se trata, portanto, de documentação inédita, mas um recorte específico (a virada do século XIX para o XX), no qual os jornais, aqui entendidos como arautos, divulgando e compartilhando suas visões, opiniões e preconceitos do que esperavam por modernidade no espaço urbano e no comportamento humano para seus leitores.

Uma vez que estes e demais registros são antrópicos, e na esteira de autores como Erica Fudge, Susan Nance, Martha Few e Zeb Tortorici, é perceptível a

---

<sup>7</sup> Dorothee Brantz, “Urban (and Rural History)”, in *The Handbook of Historical Animal Studies*, ed. Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle (Berlin: Gruyter, 2021), p.244-245. Do original: “(...) harmonious or violent; humans might have recognized and appreciated the presence of animals or abhorred it; they might have fed them or killed them. But no matter whether humans have paid attention to nonhuman creatures or not, animals have played a vital role in the development of cities across time”.

<sup>8</sup> Phillip Howell. “Historical Animal Geographies”, in *The Handbook of Historical Animal Studies*, ed. Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle. (Berlin: Gruyter, 2021), p.310.

<sup>9</sup> Thomas Almeroth-Williams. *City of Beasts. How animals shaped Georgian London* (Manchester: Manchester University Press, 2019). Diversos autores já apontaram para essa lacuna, a exemplo Erica Fudge. “A left-handed blow: writing the history of animals”, in *Representing animals. Theories of Contemporary Culture*, ed. Nigel Rothfels (Bloomington: Indiana University Press, 2002), 3-18; Harriet Ritvo. “Animal Planet”, *Environmental History* 9, n.2, (apr. 2004), p.204-220, <https://www.jstor.org/stable/3986084>; Dorothee Brantz, “Animals in Urban-Environmental History”, in *Animal Cities: Beastly Urban Histories*, ed. Sebastian Haumann; Peter Atkins (Farnham, Surrey: Ashgate, 2012).

aproximação do estudo das atitudes dos homens frente aos animais<sup>10</sup>. Em última perspectiva, como os bichos vivem próximos aos humanos, esse tipo de história permite analisar essa relação a fim de compreender as ideias, princípios, humanos. Contudo, não se pode reduzir a uma história social (de Humanos), usando os animais como chave de interpretação. Fudge expõe com clareza esta percepção e os caminhos a serem seguidos:

(...) devemos escrever uma história que recuse a separação absoluta das espécies; recusa o que é a suposição silenciosa da história humanista. Ao repensar nosso passado – lendo-o tanto para os animais quanto para os humanos – podemos iniciar um processo que só se concretizará quando o significado de “humano” não for mais entendido em oposição ao “animal”. Então “humano” pode ser reconhecido como significando algo totalmente novo: um ser que só se diferencia por poder escrever e interpretar sua própria história. Nesse sentido, é justo que nos asseguremos de que esta história seja a que merecemos.<sup>11</sup>

No que se refere a este artigo, adotou-se uma das três dimensões estabelecidas por Mieker Roscher, Andre Krebber e Brett Mizelle de métodos e aproximações históricas sobre os estudos dos animais, interessa-nos a compreensão do “animal como um método e abordagem para reinterpretar a constituição histórica das sociedades animal-humanas”<sup>12</sup>. Nesse sentido, centrou-se naqueles com relação direta ao homem, seja como transporte (cavalos, burros, jumentos), valor econômico/alimentação (bois, vacas, porcos, cabras, bodes e ovelhas) ou de companhia (cães e gatos). Este conjunto heterogêneo são, grosso modo, denominados “domésticos” em contraposição aos bichos selvagens, ou seja, os encontrados nas matas e nas florestas. As relações entre modernidade e bichos, a necessidade e a aversão, a crueldade e a proteção, enfim entre o Homem e os (outros) Animais serão o mote deste artigo.

---

<sup>10</sup> Erica Fudge, “A left-handed blow: writing the history of animals”, in *Representing animals. Theories of Contemporary Culture*, ed. Nigel Rothfels (Bloomington: Indiana University Press, 2002), p.3-18; Martha Few; Zeb Tortorici (ed.), *Centering animals in Latin America History* (Durham/London: Duke University Press, 2013); Susan Nance (ed.), *The Historical Animal*. (Syracuse: Syracuse University Press, 2015).

<sup>11</sup> Erica Fudge. “A left-handed blow”, 2002, p.16. Do original: “we must write a history which refuses the absolute separation of the species; refuses that which is the silent assumption of humanist history. By rethinking our past—reading it for the animals as well as the humans—we can begin a process that will only come to fruition when the meaning of “human” is no longer understood in opposition to “animal.” Then “human” can be recognized as meaning something quite new: a being which only differentiates itself by being able to write and interpret its own history. If this is so, it is only right that we should ensure that this history is the one we deserve”.

<sup>12</sup> Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle, 2021, p.12. Do original: “the animal as a method and approach to reread the historical constitution of animal–human societies”.

## INDESEJADOS E NECESSÁRIOS

É preciso ter cuidado quando sair-se à rua: os *cidadãos* caninos andam danados!  
Cada um muna-se de um bacamarte...  
Para extinguir esses cães  
Que surgem por toda parte,  
Acho bom que o povo em massa  
Escorve o seu bacamarte.<sup>13</sup>

A trova anônima de 1897, publicado no jornal natalense “A Republica”, expõe mais do que um aviso aos leitores sobre o ataque de cães. Na pilhéria, o grifo proposital do termo cidadão expõe duas camadas de representação: o tom pejorativo de contraposição entre o animal e cidadão como qualidade civilizatória, mas igualmente buscar lembrar a todos a presença, indesejada, dos cães no meio urbano, cuja solução era o extermínio. O desapareço se confunde, não raro, com a própria ideia de modernidade. Ou melhor, a não-modernidade. As críticas à edilidade, em especial na questão do lixo, quase sempre se utilizam dos animais como recurso narrativo para enfatizar o problema.

As praças, símbolos das novas práticas de sociabilidade deste período, ao se tornarem criadouros públicos constroem uma paisagem rural tão indesejada quanto os animais vadios. O esforço em retirá-los de circulação pode ser visto em diversas posturas municipais do período. Não seria coincidência que uma das primeiras resoluções da intendência de Natal, pós-proclamação da República, abordaria o tratamento dado aos *cidadãos* domésticos<sup>14</sup>. A resolução de número 4 de 1893, em seu artigo primeiro, afirma categoricamente ser “expressamente proibido animais soltos nas ruas e praças desta cidade”. Os animais vadios seriam, nos termos da lei, recolhidos e com aplicação de multa para os eventuais donos, ou no caso dos cães “exterminados”, por meio de “bolas preparadas em farmácias” administradas pelos fiscais públicos.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Rapido. “Instantaneas”, *A Republica*, ano 3, n.185 (16 setembro 1897), p.3. Grifos do autor. A ortografia e pontuação das citações ao longo deste artigo foram atualizadas de acordo com os documentos originais, inclusive os eventuais erros tipográficos e de redação, desde que não comprometam o entendimento do texto.

<sup>14</sup> Não se trata de novidade alguma essa postura. Em 1888, há registro no Jornal A Gazeta de Natal acerca da matéria: “De ordem da Ilma. Câmara Municipal, faço público que em sessão de hoje, recomendar aos seus munícipes, que tenham em vista os arts. 27, 141 parágrafo único e 125 parágrafo único do código de posturas municipais, os quais proibem expressamente a criação de porcos, cabras e cães soltos no município”. *Edital. Gazeta de Natal*, ano 1, n.13 (11 fevereiro 1888), p.3.

<sup>15</sup> Intendência Municipal da cidade do Natal [1893]. “Resolução n.4”. *A República* (07 janeiro 1893), in *A Intendência e a Cidade: fontes para o estudo da gestão da cidade de Natal*, ed. Raimundo Arrais; Raimundo Nonato Araújo Rocha; Helder do Nascimento Viana (Natal: EDUFRRN, 2012), p.37 e 38.

O esforço perceptível em arrebanhar animais, retirá-los de circulação é umas facetas da incessante busca da modernidade, por parte das elites natalenses. Nas crônicas, nos jornais, é possível vislumbrar a representação de cidade existente, como exposto no livro “Vida Potyguar”, de Antônio José de Melo e Souza – sob o pseudônimo de Polycarpo Feitosa. As críticas sobre a aparência urbana de Natal são abundantes nas esparsas linhas do texto. Em determinado trecho, afirma ser Natal uma, “modesta capital, dividida em dois pequenos bairros de ruas impossíveis, ou sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta, sem edifícios, sem jardins, com pequeno comércio e nenhuma indústria, [que] parecerá mais uma vila pacata de interior do que uma capital marítima”.<sup>16</sup>

Feitosa vai além. A denominação de “Metrópole Indígena” e os animais espalhados nas ruas coadunavam ainda mais para reforçar essa situação. Os jornais respaldavam essas críticas. Mesmo naqueles situacionistas, como o A República – controlado pela oligarquia governante dos Albuquerque Maranhão – não se furtavam em reconhecer o estado sanitário da cidade:

O sr. Presidente da Intendência não se move aos reclamos da população: é de uma imperturbabilidade digna de uma estátua...de calça!  
Aí continuarão descaradamente a fazer despejo nas praças públicas (Largo do Bom Jesus e Pátio da Liberdade); aí estão os lampiões da iluminação pública com dois terços apagados; aí cevam-se calmamente porcos, cabras e carneiros nas ruas e o sr. Presidente nesse indecente jogo de empurra a atirar suas responsabilidades para o sr. Vestremundo ou Sr. Pereira, sem mover-se do seu posto de compadrio.  
Ora, por favor, ilustre Balmaceda das Agências...Si não pode com o cargo, peça demissão.  
Ou espere nova eleição para exhibir seus talentos de prestigiador?<sup>17</sup>

O uso dos animais como reforço à situação precária seria um estilo narrativo comum às diversas críticas dos jornais. Bichos soltos, pastando placidamente remete uma paisagem pitoresca, romântica até, de pastos das zonas rurais. Ademais, essa imagem ganha outros contornos, se atentarmos aos locais. As praças públicas, nesse período, se tornariam os principais pontos da prática de sociabilidade das elites. Em Natal, às portas do século XX, não havia praças ajardinadas. A Praça André de

<sup>16</sup> Polycarpo Feitosa [1899]. *Vida Potyguar* (Natal: Sebo Vermelho, [s.d.]), p.12.

<sup>17</sup> “Balmaceda e o lixo”. *A Republica*, ano 3, n.124 (1 agosto 1891), p.2.

Albuquerque (Figura 01), marco zero e local onde se instalaram as principais edificações da cidade era apenas um descampado “triste” e “sem sombra”, sequer um assento, na observação do articulista do “Caixeiro”.<sup>18</sup>

Figura 01. “Praça” Albuquerque Maranhão, 1904.



Fonte: Bruno Bougard, 1904. Acervo IHGRN.

A outra Praça, a da República, localizada no bairro comercial da Ribeira não possuía situação melhor. Tratava-se de espaço amplo, porém constantemente alagado, considerado um “(...) pátio de fazenda onde se refestelam os suínos e pastam numa placidez paradisíaca as bucólicas famílias de jumentos”<sup>19</sup>. O pedido manifesto no artigo, traduz tanto o desejável – a civilização – como ressalta o indesejável, o pasto dos animais. A contraposição ao *urbano* moderno, não raro estaria atrelado ao rural *atrasado*, ao colonial, em suma, aos animais: “Enfim, faça-se ali qualquer coisa, mas faça-se logo. O que está não abona a nossa civilização; quem quer que chegue a esta cidade há de estranham a nossa falta de gosto, conservando desaproveitado alagado de chuva e da maré, servindo de pasto de animais (contra as posturas da Intendência) e

<sup>18</sup> “A Capital III. A praça da Republica”. *O Caixeiro*, ano 1, n.16 (23 novembro 1892), p.2.

<sup>19</sup> “A Capital III”, 1892, p.2.



escriturado por várias companhias líricas de cururus e caçotes um dos mais belos trechos da cidade”.<sup>20</sup>

O desprezo pelos animais e sua relação direta com os elementos civilizatórios tão caros se manifesta também nos atos e comportamentos dos seus residentes. O cidadão Joaquim Barboza Cordeiro Castro, informado que ofensas à sua pessoa chegaram aos ouvidos do governador, pagou por um anúncio no *Gazeta do Natal* de 1890 para refutar ataques de seus detratores. A “calúnia”, seria sua imoralidade por possuir três cães de caça e lhes permite adentrar na “(...) sala em que me minha mulher dá aula como professora pública”.<sup>21</sup>

Similar percepção e crítica aos cachorros é encontrada em um artigo de 1902 acerca de um episódio ocorrido durante a mudança do Palácio do Governo, anteriormente localizado no bairro de Cidade Alta, para a Ribeira, em 1869<sup>22</sup>. O articulista ressalta, e deixa claro sua concordância, a particularidade do convite do então presidente da província, Pedro de Barros, sobre ser “expressamente proibido levar-se menino e cachorros”<sup>23</sup>. O motivo era atitude de um determinado “figurão” em levar para o palácio oito garotos e oito cães em ocasiões solenes. Os adjetivos pouco laudatórios como “buliçosos”, “comilões”, “brigadores” e “impertinentes” aos incômodos infantes e caninos e o estardalhaço desta comitiva guardam em si um aviso: animais não são bem-vindos dentro no interior das edificações em 1869 nem em 1902.

Além da balbúrdia, outras justificativas eram apontadas nos jornais. O mais eloquente consistia nos aspectos sanitários. O *Diário de Natal* de 13 de junho de 1908 reproduz parte de uma notícia acerca da necessidade de extermínio de ratos nas residências<sup>24</sup>. Para tanto, o texto a autoridade médica, os doutores Méany e Hericourt<sup>25</sup>, para enfatizar a necessidade de banir esses animais por serem considerados “refúgios de parasitas”. O mesmo tom de associação entre insalubridade e animais é verificado

---

<sup>20</sup> A Capital III, 1892, p.2.

<sup>21</sup> Joaquim Barboza Cordeiro, Castro. “Solicitadas”, *Gazeta do Natal*, ano 3, n.162 (12 abril 1890), p.4.

<sup>22</sup> A Cidade Alta é o primeiro bairro de Natal, onde se localiza o Marco Zero da Cidade, enquanto que a Ribeira, o segundo a ser criado, concentrava a região portuária e comercial da capital. A mudança da administração para “Cidade Baixa” revela a importância do bairro, em especial quando se iniciam os projetos de melhoramentos portuários. Sobre essa questão, ver: Yuri Simonini, *Ribeira, Técnica versus Natureza: transformações em prol de um “projeto” de modernização (1860-1932)*, (Natal: EDFURN, 2014).

<sup>23</sup> Alfarrabista. “Coisas velhas”, *A Republica*, ano 14, n.215 (7 outubro 1902), p.4.

<sup>24</sup> “Gatos e cães”, *Diário do Natal*, ano 17, n.3.466 (13 junho 1908), p.4.

<sup>25</sup> Não foi encontrada informação sobre dr. Méany. J. Hericourt escreveu “Le Hygiene Moderne”, em 1908, sobre as ações sanitárias a serem seguidas pelas autoridades e moradores das cidades.

em um artigo do República, um ano antes. Ao citar a conferência de um “médico inglês” em Birmigham sobre regras de “prolongamento da existência” – i.e., ter uma vida longa –, uma em particular não deixa dúvidas dada a sua concisa e direta assertiva: “Não ter animais em casa”<sup>26</sup>. No mesmo ano, veiculou-se notícia internacional sobre o pagamento de impostos especiais para gatos domésticos em Berlin. A breve nota conclui acerca da necessidade de abolir esta taxa, uma vez que o gato “em caso algum, ser considerado um animal de luxo”<sup>27</sup>. A questão apontada pelo jornal não foi, necessariamente, o custo pecuniário, mas a percepção sobre o valor do animal, comum e ordinário demais – encontrado em becos, ruas e praças da cidade –, desconsiderando o afeto de seus donos, capazes de pagar por essa quantia.

Apesar de se situarem em polos políticos antagônicos e travarem constantes disputas narrativas com críticas, elogios, réplicas, tréplicas, diretas e indiretas, os jornais “Diário do Natal” e o “A República” parecem concordar acerca do destino dos cães e dos gatos na cidade. Esta concordância, mesmo de maneiras distintas em muitos casos, sugere um pensamento hegemônico pouco lisonjeiro de boa parte da sociedade letrada sobre estes animais.

Hostilizados nas residências, nos quintais e nos espaços públicos, a virada para o século XX assistiu a continuidade das críticas aos animais soltos nas ruas. As observações constantes no A Republica de 31 de maio de 1907 permite apontar certas particularidades permeadas de camadas políticas e ideais modernizadores. O jornal, criado por Pedro Velho em 1889, era um importante veículo de defesa e propaganda da Oligarquia Albuquerque Maranhão e se tornara o órgão oficial de imprensa de governo desde o advento da República até os dias atuais. Quaisquer críticas ao então governador Antonio José de Melo e Souza por parte do jornal seria, portanto, impensável<sup>28</sup>.

Como o articulista abordou o problema dos animais soltos e do “abuso que tinha força de lei qual o de converter-se as ruas e praças em campos de criação” sem criticar abertamente possíveis ingerências dos poderes públicos? A medida adotada pelo ente municipal foi o da “pega dos animais soltos, o recolhimento a um depósito municipal

<sup>26</sup> “Regras para viver muito”, *A Republica*, ano 19, n.188 (5 setembro 1907), p.3.

<sup>27</sup> “Os gatos”, *Diário do Natal*, ano 16, n.188 (3 maio 1907), p.2.

<sup>28</sup> Sobre o papel da imprensa e suas relações com as forças políticas locais, cf. Luiz Fernandes, *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte: de 1832 a 1908*, 2.ed. (Natal: Fundação José Augusto, 1998).

onde ficam sujeitos ao pagamento de multa de dois mil reis por cabeça, sendo transportados para o outro lado do rio, caso não sejam proclamados”<sup>29</sup>. Contudo, havia irregularidades, imediatamente rechaçadas pelo articulista:

Não sabemos se esse processo será o mais razoável – o governo tem a preocupação louvável de facilitar esse serviço – nem queremos aceitar, por julgarmo-la pouco provável e incompatível com a honorabilidade dos empregados municipais, as reclamações que nos tem trazido, de alguns guardas tangerem animais do mato para sujeita-los à multa.

Não acreditamos absolutamente em semelhante abuso; e se nos referimos a esse fato é para mostrarmos a improcedência de tais reclamações.<sup>30</sup>

Ele aponta a ingerência de forma cuidadosa a fim de evitar quaisquer embaraços por parte do jornal ao grupo político o qual defende. Todavia, criticar a desordem provocada pelos animais soltos e sua incompatibilidade frente a uma cidade, ou melhor as elites ali residentes, em torná-la um espelho da contraparte europeia foi mais imperativo. Essa cautela não seria vista no jornal opositor, o Diário do Natal, ao abordar similar tema:

Não é embirração a nossa insistência sobre a ação do governo municipal desta capital. Nada de teimosia, porque não somos teimosos. Se ainda a Intendência nos merece referências é porque essa instituição política da oligarquia dos Maranhões tem as suas originalidades...Em matéria de dinheiro vive eternamente lisa, em matéria de leis não tem igual, de sorte que o município de Natal tem uma sorte invejável...

[...]

Nas ruas de Natal criavam-se porcos, cabras, galinhas, uma infinidade de animais domésticos, sem protestos da Intendência. Hoje, mudando de opinião, nem mais a tolerância dos estábulos, nem do trânsito das vacas de leite.

A Intendência daqui é dos lances extremos, dos golpes decisivos. Sem dinheiro, ou emitindo apólices, vivendo com porcos, ou privando-nos do leite fresco saindo quentinho das tetas das vacas...

Há um problema que esse original governo ainda não resolveu é a lama e o cisco das aformoseadas ruas de Natal.<sup>31</sup>

Dois anos antes, o mesmo jornal já criticava a atuação da intendência acerca da presença das vacas leiteiras na cidade. O anônimo articulista apontava os problemas da resolução municipal, que determinava a proibição do trânsito do gado nas ruas a não

<sup>29</sup> “Animaes soltos”, *A Republica*, ano 19, n.114 (31 maio 1907), p.2-3.

<sup>30</sup> “Animaes soltos”, 1907, p. 2-3.

<sup>31</sup> “Comentando”, *Diario do Natal*, ano 17, n.3.405 (8 abril 1908), p.1.

ser “amarrados e puxados cabeça a cabeça”: “quem tinha 10, 16, 20 vacas com as suas respectivas crias podia recolhê-las todos os dias, amarradas e puxadas assim?”. Diante da incapacidade em manter os animais em Natal, os criadores resolveram sair da cidade e os que permaneceram, aumentaram os preços. Ao intitular o artigo de *Piada*, Libério deixa claro o seu descontentamento, ao afirmar ter a edilidade, de fato, proibido a “*indústria do leite ao pé da vaca*”<sup>32</sup>. Para além dos impedimentos e descontentamentos provocados, percebe-se, em igual tom observado por Almeroth-Williams, na gradativa separação entre os locais de produção e de consumo de gêneros alimentícios de origem animal, ao mesmo tempo em que diminuiu a sensação de “vida no campo”, incongruente com os ares urbanos.

O transporte desses animais não era apenas um problema intraurbano. Natal é banhada pelo Rio Potengi – também conhecido como Salgado – e, até a construção da ponte ferroviária em 1916, dificultava a comunicação da cidade com os principais polos produtores do interior do estado. A opção era usar o transporte de canoas para atravessá-lo na Estação da Coroa, terminal do trem da outra margem do rio. O serviço, de concessão pública era também motivo de queixas dada a superlotação de pessoas, disputando espaço com cavalos, porcos e bois em embarcações sob o constante risco de adernar<sup>33</sup>. A situação remete, aliás, ao conhecido cliché cinematográfico de animais sendo transportados em conjunto com passageiros para enfatizar onde se encontram, sobremaneira em locais remotos ou “atrasados” em relação à civilização (europeia). Contudo, o apelo tragicômico, aqui, é substituído pelo cotidiano de uma cidade que não oferece os meios de acesso viário, cujos habitantes e animais são forçados a lutar por espaço em frágeis transportes sob o perigo de afogamento.

A presença dos bichos somente poderia ser tolerada caso possuíssem uma utilidade às dinâmicas próprias e específicas da urbe. Em 1908, proeminentes nomes da sociedade potiguar organizaram a Companhia de Ferro Carril de Natal, com contrato de prestação de serviço de transporte de passageiros em bondes de tração animal (Figura 02), iniciados auspiciosamente em 07 de setembro de 1908<sup>34</sup>. De acordo com

<sup>32</sup> Libério. “Piadas”. *Diário do Natal*, ano 15, n.3.012 (21 agosto 1906), p.4. Grifos do autor.

<sup>33</sup> “Passagem do Rio Salgado”, *Diário do Natal*, ano 15, n.3.053 (18 outubro 1906), p. 1.

<sup>34</sup> Gabriel L. Paulo Medeiros, “A cidade interligada: legislação urbanística, sistema viário, transportes urbanos e a posse da terra em Natal (1892-1930)” (Tese Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017).

Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, o material rodante e os animais foram adquiridos em Belém do Pará, cujo sistema de tração havia sido recentemente substituído pela energia elétrica.<sup>35</sup>

A historiografia potiguar sobre o tema e os observadores da época concordam no amálgama entre a presença do bonde e sua ligação com os princípios civilizatórios. Cinco dias depois de inaugurado, Leopoldo Souza afirmava, em 1908, ser Natal uma “terra muito acessível ao progresso”. O articulista não deixou de observar os animais, aproveitando para criticar os costumes pouco lisonjeiros da sociedade natalense: “O bonde veio. Todos os veem a rolar, arrastado por burros doces, mais doces do que nós homens, é verdade, modelos vivos de indisciplina”.<sup>36</sup>

Figura 02. Bondes puxados por um único burro, provavelmente entre 1908 e 1910, na linha que ia até o Bairro Cidade Nova



Fonte: Acervo digital do Instituto Tavares de Lyra.

Não tardou a surgir denúncias de maus-tratos aos burros. Natal, no início do século XX contava com três bairros. Além do recém inaugurado Cidade Nova em 1901, havia o de Cidade Alta e a Ribeira. Estes dois últimos eram separados por uma íngreme

<sup>35</sup> Sobre os bondes e as transformações urbanas por eles provocados, cf. Gabriel L. Paulo Medeiros; George Alexandre Ferreira Dantas; Angela Lúcia Ferreira, “A cidade sobre trilhos: o bonde e as transformações urbanas de Natal”, in *La electricidad en las redes ferroviarias y la vida urbana: Europa y América (siglos XIX-XX)*, ed. Horacio Capel; Vicente Casals; Domingo Cuellar (Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2012).

<sup>36</sup> Leopoldo Sousa, “Grande Seculo”, *Diário do Natal*, ano 18, n.3.529 (12 setembro 1908), p.1.

ladeira – a Avenida Junqueira Ayres, atual Câmara Cascudo –, cujo calçamento e aformoseamento foi uma das marcas da Oligarquia Albuquerque Maranhão em transformar Natal em uma capital moderna.<sup>37</sup>

A linha ali existente era operada com o auxílio de quatro burros e, segundo o articulista, não raro com lotação ultrapassando o limite estipulado e “nessas ocasiões os pobres irracionais são despiedosamente (sic), barbaramente chicoteados pelos cocheiros”. O articulista do “Diário do Natal” pede, então, duas providências, a retirada de possíveis mandriões – animais inaptos ao trabalho – e que se evite a permanência de mais do que 24 passageiros. Faz um apelo final, ao sugerir ter atenção ao bem-estar dos animais: “os pobres burros, pelo fato de serem burros, são merecedores de melhor trato dos homens”.<sup>38</sup>

Sem uma ação mais energética por parte da Carril, os bondes continuavam a circular de forma precária, usando animais inadequados. As críticas continuavam a surgir nos jornais oposicionistas, insistindo no triste espetáculo do cortejo, desta vez adotando gênero literário mais lírico, aliás, uso comum nos jornais potiguares quando empregado para tecer comentários contra o governo. O texto introdutório deixa claro a exploração desmedida dos burros e sua incapacidade em continuar a puxar os bondes, a ponto de afirmar “até com o bonde desocupado dão pregos!”. Dado o tema central, os versos se apresentam:

Não produz mais seu efeito  
Tão cruel chicotear  
Pelo cocheiro já afeito  
A açoitar, a açoitar  
Irá breve para o cisco  
Toda aquela burralhada  
(quarenta apenas: quatro dezenas)  
Pois não presta mais p'ra nada  
E o urubu tem petisco.<sup>39</sup>

O lirismo de Juca, pseudônimo, desvela a quantidade de animais presentes no serviço e transporte público na cidade: quarenta animais em parselhas de quatro se

<sup>37</sup> Sobre a Avenida Junqueira Ayres, cf. Jeanne Fonseca Leite Nesi, *Caminhos de Natal*, 2.ed. (Natal: IPHAN, 2020) e Yuri Simonini, *Ribeira, técnica versus Natureza*, 2014.

<sup>38</sup> “Pela carril”, *Diário do Natal*, ano 18, n.3.721 (15 junho 1909), p.2.

<sup>39</sup> Juca, “Ao som da viola”, *Diário do Natal*, ano 18, n. 3.743 (17 julho 1909), p. 2.

deslocavam nas poucas linhas existentes. No ano da inauguração, um ano antes da “moda de viola” de Juca, o trajeto ligava os bairros da Ribeira à Cidade Alta e se prolongando até o bairro da Cidade Nova, com terminal defronte a residência do ex-governador – e líder da oligárquico – Pedro Velho Albuquerque Maranhão. A dimensão da área urbana daquela época, para comportar média de 25 mil moradores, não deveria demandar a existência de muitas linhas (em 1913, havia oito em operação) ou grande fluxo de carros em movimento<sup>40</sup>. Então, tem-se animais mais do que suficiente para manter o funcionamento regular dos bondes e igual quantidade em descanso, o que não justifica as condições encontradas por Juca.

A ineficiência dos bondes puxados a tração animal, e a torrente de reclamações, pode ter motivado o Governo a, rapidamente, iniciar estudos para sua substituição por do tipo elétrico. O Diário do Natal, em 4 de novembro de 1909, ao informar que parte do empréstimo contraído de cinco mil contos para serviços urbanos seria usado para aquisição de bondes elétricos, ironizou: “Fuim II [Alberto Maranhão, em seu segundo mandato] tem um coração muito *bambo* para se compadecer dos animais!”<sup>41</sup>. Dois anos mais tarde, o sistema elétrico de transporte na capital era inaugurado, diminuindo sensivelmente o uso animal de tração em serviço urbano, limitado agora ao transporte de gêneros alimentícios ou a serviço da limpeza da cidade.

O emprego público de animais na limpeza, por sua vez, expõe sua presença no cotidiano natalense. Em 1891, a Intendência lançou edital para contratação do serviço, no qual três carroças puxadas por burros ou bois faziam a coleta diária dos dejetos. Sem maiores explicações quanto ao percurso e horários, há apenas menção sobre a divisão pelos dois bairros: uma para a Ribeira e as demais para a Cidade Alta<sup>42</sup>. O desigual aparte pode ser explicado pelo fato da Ribeira ser essencialmente voltado para o comércio enquanto sua contraparte abarcava maior número de residências. Contudo, há de se destacar que a Cidade Alta abrigava pessoas de maior poder aquisitivo e os mais pobres se situavam nas adjacências do porto, ou afastados do centro.

Contudo, nem mesmo um possível tratamento diferenciado no serviço evitou críticas pela sua ineficiência, fomentando reclamações quase diárias sobre o estado de

<sup>40</sup> Gabriel L. Paulo Medeiros, *A cidade interligada*, 2017; Luís da Câmara Cascudo, *História da Cidade de Natal* (Natal: IHGRN, 1999).

<sup>41</sup> Scipio, “Cinema”, *Diário do Natal*, ano 18, n.3.815 (4 novembro 1909), p.2.

<sup>42</sup> “Limpeza publica”, *A Republica*, ano 3, n.92 (1 janeiro 1891), p.2.

limpeza da cidade. Ainda no mesmo ano do lançamento do edital, um texto duplamente anônimo (sem autor ou sequer título), deixava claro sua insatisfação com a ingerência da Intendência. Afirmava que ela dormia “a sono solto”, permitindo não apenas que o lixo se acumule nas principais ruas e praças da cidade, mas revela problemas sanitários, dado a presença de salgadeiras – local de preparo da tradicional carne de sol – “*intramuros* em concomitância com os pântanos”. Para reforçar, ou melhor, dar ao leitor uma ideia desta situação ante a inexistência de ilustrações, o jornal recorreu aos animais mais associados pelo senso comum a falta de asseio: “E o lixo aumenta, enchem-se de porcos os charcos, prosperam as salgadeiras e a saúde pública corre perigo!”.<sup>43</sup>

A relação entre os animais e o lixo apresentadas nos jornais, como já discutido, se contrapõe à ideia civilizatória e, aqui, novas camadas de representação se sobrepõem. Os animais, associados a sujeira, se encontram vinculados às atividades para sua retirada nas ruas e praças da cidade e, não raro, igualmente são usados para justificar ou dar base a argumentos negativos à situação da cidade. Sua ineficiência acompanha a inação dos Poderes Públicos em garantir melhores condições de higiene. Em 1902, um artigo do “A Republica” expõe a situação como lastimável, ao mesmo tempo nos permite vislumbrar a presença dos animais nessa atividade e, de forma breve, o tratamento dispensado tal qual seus companheiros da Ferro-Carril: “Na Rua Nova, passaram dois burros carregando lixo em caixões de gás, há três meses! / Ruas há que há três e quatro meses não são vistos os tais burros. / Na Ribeira, às vezes passa uma carroça, cujo animal anda largando os pedaços”.<sup>44</sup>

Em outra matéria do mesmo ano, a crítica convergia-se para preocupação com questões sanitárias. O advento da peste bubônica no estado vizinho da Paraíba era noticiado e o jornal, em sua queixa, afirmava ser de conhecimento geral a urgência na remoção e incineração do lixo, “foco permanente de infecção e dos mais perniciosos”. O problema residia no serviço irregular realizado por “sujeitos muito malcriados, montados em jumentos magros como a necessidade, que se diz andarem coletando o

<sup>43</sup> Sem título, *A Republica*, ano 3, n.125 (8 agosto 1891), p.2.

<sup>44</sup> “Limpeza publica”, *A Republica*, ano 14, n.180 (25 agosto 1902), p.1. A Rua Nova foi criada em 1822 e renomeada Avenida Rio Branco em 1888. À época, era o limite da zona urbana da cidade até a criação do terceiro bairro, Cidade Nova e até meados da década de 2000, uma das principais avenidas comerciais da capital potiguar.



lixo”<sup>45</sup>. O emprego da metonímia não é por acaso ao permitir ao leitor compreender imediatamente seu significado diante de uma cidade que também necessitava romper com essa imagem antimoderna, afinal de que valeria as transformações materiais se o lixo era (pouco) coletado por homens ignorantes em seus animais maltrapilhos?

Questões de (in)salubridade relacionadas ao abastecimento de água da cidade tinham como um dos elementos de desordem os animais. Dois anos após a criação da Inspetoria de higiene em 1892, o jornal “O Estado” pediu atenção às fontes de água potável, expostas a “ação perniciosa dos malfeitores e dos animais”<sup>46</sup>. Mesmo que não fosse proposital, os dois elementos associam-se em sua periculosidade por motivos similares. Suas ações põem em risco a saúde pública, mas somente a ação humana é proposital nesse sentido, enquanto que os bichos desejam saciar a sua sede. Aparta-los, ou reduzir seu acesso à água seria uma ação comum nesse período, cercando lagoas, como a Manoel Felipe, principal fonte potável da cidade e costumaz local de lavagem de cavalos e bois.<sup>47</sup>

Indesejados por não se adequarem à ideia de cidade moderna ou tolerados pela sua utilidade nos serviços públicos, os animais, em especial os cavalos, teriam destaque nas atividades esportivas. Almeroth-Williams cita a importância equestre no cotidiano inglês não apenas como meio de transporte, mas sobretudo como símbolo de status, com raízes na aristocracia rural acostumada às práticas de corrida, cavalgada e caça. Dentro da cidade, andar a cavalo ou ir às pistas de corrida se tornaram elementos importantes de sociabilidade e de diversão, porém, ao contrário das áreas rurais, deveriam se ater a códigos de conduta e controle social para serem aceitos na vida urbana britânica. Em outras palavras, para serem aceitos, os cavalos deveriam se submeter à diversas regras em espaços especialmente delimitados; sua liberdade cerceada para que possam circular na cidade.

Esse aspecto é notório em Natal, quando, em 1903, um articulista desaprovava as cavaladas, um tipo de corrida promovida nas ruas de Natal. Considerava-as inadequadas, uma “distração cômoda e barata”, porém, não culpava os cavaleiros, uma vez que a cidade não oferecia alternativas para o lazer. Era, pelo menos, uma forma de

<sup>45</sup> “O lixo”, *A Republica*, ano 14, n.92 (1 maio 1902), p.1.

<sup>46</sup> “Inspector de hygiene”, *O Estado*, ano 1, n.12 (16 dezembro 1894), p.2.

<sup>47</sup> “Lagoa Manoel Felipe”, *A Republica*, ano 14, n.208 (27 setembro 1902), p.1.

se conservar as tradições populares, resignava-se o autor do artigo<sup>48</sup>. A fundação do Sport Club Natalense, três anos depois, seria uma forma de criar um ambiente adequado para as corridas, denominado Prado Natalense, inaugurado em 1907, no *square* Pedro Velho – atual Praça dos Esportes, em Petrópolis. Conforme observa Márcia Marinho, a criação do Prado não era apenas mero local de competição, mas a transformação da “popular cavalada em um esporte respeitado”.<sup>49</sup>

Marinho discute as transformações urbanas ocasionadas pelo Sport Club e seu Prado. Primeiro, a delimitação de um local adequado ao esporte equestre, de acordo com a ideia de uma cidade moderna, na qual “cada prática devia ter seu local exclusivo”, da mesma forma que os londrinos georgianos possuíam em Barnet, Epsom e Egham. Segundo, ao invés de assistir em suas calçadas e janelas, os natalenses deveriam se deslocar para os limites da cidade – uma linha bonde foi ampliada para aquela localidade para tal intento – a fim de “comprar uma entrada, envergar vestimenta adequada e se comportar civilizadamente”.<sup>50</sup>

Um dos objetivos confessos do Prado era o empenho no melhoramento da raça cavalar, contudo, a notas veiculadas nos jornais enfatizavam mais os espectadores presentes e, principalmente, o bom cumprimento das regras sociais estabelecidas. Em 1909, o *A Republica* deixava claro qual era o foco da notícia: “Realizou ontem com numerosa e seleta assistência a corrida anunciada o Sport Club Natalense. Havia grande número de senhoras e cavalheiros de nossa elite social dando à esplêndida diversão da simpática sociedade, um cunho de alta distinção”.<sup>51</sup>

Sem menção aos páreos ou aos vencedores, o que importava era quem estava presente naquele momento não somente esportivo, mas sobretudo festivo. Em uma cidade com poucos locais de lazer e sociabilidade – o teatro Carlos Gomes, atual Alberto Maranhão, e a praça defronte haviam sido inaugurados apenas um ano antes – o prado e as competições entre os jóqueis e suas montarias emolduravam os encontros da elite

<sup>48</sup> Sem título, *A Republica*, ano 15 (13 abril 1903), p.1.

<sup>49</sup> Márcia Marinho, *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense* (Natal: EDUFRRN, 2011), p.137.

<sup>50</sup> Márcia Marinho, *Natal também civiliza-se*, 2011, p.137; Thomas Almeroth-Williams. *City of Beasts. How animals shaped Georgian London* (Manchester: Manchester University Press, 2019).

<sup>51</sup> “Notas sportivas”, *A Republica*, ano 21 (27 dezembro 1909), p.1.

natalense. A modernidade exigia espaços setorializados, controlados e organizados para exibir seus símbolos essenciais.

Outro traço importante de modernidade seria a complacência para com os animais. O elemento civilizador não poderia conviver com os maus-tratos, uma vez que a violência possuía estreitos vínculos com a selvageria e com a barbárie. O apelo a ação do fiscal no combate aos abusos, noticiado em 1907, sobre a sobrecarga dos animais de transporte entre a Ribeira e a Cidade Alta, agravado pela existência de uma ladeira como única via de acesso entre os dois bairros. A existência de legislação não impede sua contínua infração, e o articulista noticia “um destes casos revoltantes que estão a reclamar a atenção do respectivo fiscal no sentido de tomar as providências que o assunto exige”.<sup>52</sup>

Para além das reclamações sobre o tratamento dispensado aos animais, havia a ideia de protegê-los. A primeira sugestão ocorreu no “O Paiz” em louvor de uma associação em defesa dos animais ocorreu em 1895, com a criação da União Internacional Protetora dos Animais na cidade de São Paulo e, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Protetora dos Animais, em 1907<sup>53</sup>. Sobre essa última, o jornalista e teatrólogo Arthur Azevedo discutia a coincidência entre seu discurso “O Paiz” em prol de sua criação e o similar texto escrito por Henrique Castriciano no mesmo dia no jornal “Brazil”.<sup>54</sup>

As impressões de Azevedo, replicadas no “A Republica”, enfatizam o arcabouço teórico abordado por Castriciano, por recorrer ao Positivismo e a ideia de “sociocracia”, no qual os animais domésticos “bem mais úteis que certos indivíduos – a expressão de Comte – serão incorporados à família humana...”<sup>55</sup>. O cuidado e a proteção oferecido aos animais, expressos pelos dois intelectuais, possuem condição *sine qua non* utilitarista; ou seja, apenas os bichos domésticos e que possuam alguma função no cotidiano humano contariam com os cuidados da Sociedade.

<sup>52</sup> “Com o fiscal”, *A Republica*, ano 19, n.117 (4 junho 1907), p.2.

<sup>53</sup> Natascha Stefania Carvalho Ostos, “A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica”, *Cienc. Cult.* 69, n. 2 (abril. 2017), p.54-57, <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v69n2/v69n2a18.pdf>.

<sup>54</sup> Até o presente momento, não foi possível localizar o texto do jornalista, político e defensor da educação feminina potiguar.

<sup>55</sup> Arthur Azevedo, “Henrique Castriciano”, *A Republica*, ano 19, n.234 (4 novembro 1907), p.2.

Além de Comte, Castriciano versa sobre a religião Hindu e sua busca por evitar sofrimento a todos os seres vivos como contraponto ao “egoísmo ocidental” – exemplificado nos maus-tratos noticiados nos jornais. O próprio Castriciano havia alertado um ano antes sobre o egoísmo humano. De forma lírica e anônima – sob o pseudônimo Y – escreve taciturna cena sobre Regalia, anteriormente belo cavalo de montaria que, naquela manhã de 22 de setembro de 1906, havia se tornado um animal de transporte, cuja fisionomia abatida e fustigada pelo chicote do seu dono, desalentou o cronista potiguar. A lamentável cena o fez ponderar sobre a relação entre a (falta de) modernidade e o (mal)trato dos animais: “Nada depõe mais contra o estado de civilização de um povo do que o modo bárbaro por que ele trata os animais, principalmente os que são instrumento de sua prosperidade, o colaborador de sua riqueza”<sup>56</sup>. Esse pensamento carregaria consigo, levando-o a saudar efusivamente a criação da Sociedade Protetora dos Animais meses depois.

Além da Sociocracia Comtiana e os preceitos hindus diretamente manifestos, Castriciano e Azevedo adotam um terceiro princípio, de ordem hobbesiana. O intelectual potiguar mencionou o egoísmo como marca ocidental e seu colega enfatizou como a humanidade é “mau em toda a parte, e só se torna bom e amorável, quando o obrigam a isso, isto é, quando ele é convenientemente policiado”<sup>57</sup>. O ceticismo ao altruísmo humano conclama em ambos a presença do Estado, enquanto tutor dos homens. Tal clamor por uma legislação específica somente teria vazão anos depois, no período Vargas, com a promulgação do decreto de número 24.645, de 10 de julho de 1934.<sup>58</sup>

Enquanto Castriciano e Azevedo ponderam sobre os rumos da Sociedade Protetora dos Animais, o “Diário do Natal” publicava anedota sobre uma assembleia dos bichos, liderada pelo galo, informando acerca da supramencionada Sociedade. Os animais logo se queixam da maneira como são tratados pelos Homens. Servem de alimentos, são perseguidos pela “carrocinha”, prendem em gaiolas; enfim, tantas eram as queixas que o Galo sentenciou: “Não há animal que não seja vítima do homem, e isso

<sup>56</sup> Y [pseudônimo de Henrique Castriciano], “Pro anima vilis”, *A Republica* (22 setembro 1906), in *Seleta: textos e poesia*, ed. José Geraldo Albuquerque (Natal: s.n., 1993), p.202.

<sup>57</sup> Arthur Azevedo, “Henrique Castriciano”, 1907, p.2.

<sup>58</sup> Natascha Stefania Carvalho Ostos, “A luta em defesa dos animais no Brasil”, 2017.

de proteção é uma hipocrisia” e o burro conclui: “Sim, não seria nenhum de nós quem se lembrasse de fundar uma sociedade protetora dos homens...”<sup>59</sup>

A fábula, ao expor a hipocrisia do homem, converge, de certa forma, com as ponderações de Castriciano e de Azevedo. Propositamente assinala animais do campo e da cidade, principalmente em falas específicas; ao galo, associado à sua canção ao nascer do sol, busca “despertar” os leitores para a verdadeira face do homem, enquanto ao burro, popularmente considerado um ser ignóbil, o revestiu de autoridade e sabedoria ao concluir sobre a impossibilidade de uma Sociedade Protetora dos Homens. Ao espelhar o discurso dos animais com as ações humanas, o que se percebe não é uma inversão de papéis, mas uma inversão de valores, nos quais a modernidade propagandeada no início do século XX não fora acompanhada de ações efetivamente ditas civilizatórias; havia um longo caminho a se percorrer e diante dos contínuos maus-tratos aos animais na atualidade, encontramos-nos ainda em movimento.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Segunda Guerra Mundial, o fotógrafo Hart Preston registrou diversas cenas do cotidiano da cidade do Natal, as vésperas de se tornar um dos mais movimentados aeroportos bélicos daquele momento. Entre as diversas fotos publicadas pela Life, algumas dos símbolos da modernidade são exibidos, a exemplo da Figura 03. Prédios em arquitetura neoclássica, semáforos para os automóveis em circulação, fios elétricos, e praças ajardinadas. No centro, o bonde elétrico cruza a avenida enquanto transeuntes andam nas ruas calçadas. Porém, esse cenário envolve também a presença de quatro burros de carga, com suas cangalhas e seus condutores.

A cena de meados do século XX é uma síntese do que se mostra nos jornais da virada do novecentos. Modernidade e tradição se mesclam em um único instantâneo que naturaliza os conflitos, apagando-os da imagem. Não há, a priori, referências visuais que impliquem em maus-tratos ou protestos solicitando o seu recolhimento ou legislação que os proíba de circular. Contudo, o mesmo mal-estar se fazia presente?

---

<sup>59</sup> “Theatro a vapor. Assembleia dos bichos. Scena fantástica”, *Diário do Natal*, ano 14, n.3.160 (21 março 1907), p.2.

Seria o objetivo de Preston o foco no cotidiano urbano, na presença do bonde elétrico, na permanência dos animais ou na composição cênica conjunta?

Figura 03. Avenida Duque de Caxias, a mais importante via da Ribeira, bairro comercial de Natal, em 1941.



Fonte: Hart Pretson, *Life magazine*, 1941.

Seja qual fosse o critério adotado pelo fotógrafo, os animais permaneciam presentes na realidade cotidiana da cidade do Natal na década de 1940, assim como ocorria na transição do século XIX para o XX. Tanto os animais inseridos quanto aqueles já ali existentes experimentavam o ambiente de maneiras distintas em relação aos seres humanos. Chris Philo e Chris Wilbert afirmam que o entrelaçamento destas vivências é permeado, comumente, por relações de poder dos Homens sobre os animais. Esse domínio pode ser a serviço e inseridos no abstrato “esquema das coisas” dentro da lógica econômica, política, social e cultural humana e quando há “resistências”, os

bichos se tornam pragas a serem removidas<sup>60</sup>. Nesse sentido, se adotarmos o conceito de liminaridade proposto por Clemens Wischermann e Phillip Howell, os limites entre o que se define como aceitável ou intolerável são difusos, sobremaneira na esfera urbana, diferente das transições adotados pelos dois autores.<sup>61</sup>

O paradoxo envolvendo a necessidade e aversão pode ser explicado por meio da perspectiva da permissividade utilitarista. Na sociedade moderna urbana da segunda metade do século XIX até meados do XX, os animais eram permitidos somente enquanto fossem úteis para esta sociedade. Quando essa utilidade cessava ou inexistia, eles eram retirados ou tratados como elementos nocivos. Essa permissividade não se restringia aos animais, mas se estendia a todos os seres vivos que eram tolerados por possuírem uma função. Em outras palavras, os indivíduos negros ou os flagelados da seca nordestina, por exemplo, eram "aceitos" somente se desempenhassem uma atividade laboral, seja como escravos de ganho ou trabalhadores urbanos. Da mesma forma que os animais, uma vez perdida sua utilidade, a permissividade também deixaria de existir. Na capital potiguar, essa situação não se diferenciava. No final do século XIX, os jornais já enfatizavam de forma negativa a presença dos animais na cidade. Questões relacionadas à insalubridade, ameaças à segurança física dos pedestres e até mesmo associações com uma imagem do passado colonial eram frequentemente mencionadas nas notícias. Enquanto os animais puxassem carroças e bondes ou representassem componentes de uma sociedade ainda ligada às tradições equestres – de esportes e lazer –, eram tolerados. No entanto, à medida que os meios de transporte e a própria sociedade se modernizavam, eles passaram a ser vistos como obstáculos.

Independentemente de serem indispensáveis ou não, os animais desempenham um papel significativo na história humana. Nesse sentido, é crucial refletirmos sobre se os consideraremos como meros objetos ou agentes ativos. Conforme afirmado por David Gary Shaw (2013, p.8), "os agentes fazem as coisas acontecerem"<sup>62</sup>. Quando certas ações são realizadas em decorrência da mera existência dos animais em um local específico, sua presença provoca reações antropogênicas. Dessa forma, os animais se

---

<sup>60</sup> Chris Philo; Chris Wilbert. "Animal spaces, beastly places: an introduction", in *Animal spaces, beastly places: new geographies of human-animal relations*, ed. Chris Philo; Chris Wilbert (London: Routledge, 2000), p.1-34.

<sup>61</sup> Clemens Wischermann; Phillip Howell, "Liminality: A Governing Category in Animate History", in *Animal History in the Modern City. Exploring Liminality*, ed. Clemens Wischermann; Aline Steinbrecher; Phillip Howell (London: Bloomsbury Academic, 2019), p.1-24.

<sup>62</sup> David Gary Shaw, "A way with animals", *History and Theory*, n. 52 (December 2013), p.1-12, <https://www.jstor.org/stable/24542955>.

tornam agentes ao estimular a reação de outros atores (humanos) quando estão presentes na cidade. Essa relação é documentada em jornais, legislação, crônicas e outros registros. Devido à incapacidade dos animais de escrever sua própria história, eles são incorporados à história da humanidade. É assim que podemos enxergar, embora muitas vezes de maneira distorcida, a história dos seres vivos não humanos por meio dessa perspectiva.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

“A Capital III. A praça da Republica”, *O Caixeiro*, ano 1, n.16 (23 novembro 1892).

Alfarrabista, “Coisas velhas”, *A Republica*, ano 14, n.215 (7 outubro 1902).

“Animaes soltos”, *A Republica*, ano 19, n.114 (31 maio 1907).

Arthur Azevedo, “Henrique Castriciano”, *A Republica*, ano 19, n.234 (4 novembro 1907).

“Balmaceda e o lixo”, *A Republica*, ano 3, n.124 (1 agosto 1891).

“Com o fiscal”, *A Republica*, ano 19, n.117 (4 junho 1907).

“Comentando”, *Diario do Natal*, ano 17, n.3.405 (8 abril 1908).

“Edital”, *Gazeta de Natal*, ano 1, n.13 (11 fevereiro 1888).

“Gatos e cães”, *Diario do Natal*, ano 17, n.3.466 (13 junho 1908).

“Inspector de hygiene”, *O Estado*, ano 1, n.12 (16 dezembro 1894)

Intendência Municipal da cidade do Natal [1893]. “Resolução n.4”. *A República* (07. jan. 1893), in *A Intendência e a Cidade: fontes para o estudo da gestão da cidade de Natal*, ed. Raimundo Arrais; Raimundo Nonato Araújo Rocha; Helder do Nascimento Viana (Natal: EDUFRN, 2012).

Joaquim Barboza Cordeiro Castro, “Solicitadas”, *Gazeta do Natal*, ano 3, n.162 (12 abril 1890).

Juca, “Ao som da viola”, *Diario do Natal*, ano 18, n. 3.743 (17 julho 1909).

“Lagoa Manoel Felipe”, *A Republica*, ano 14, n.208 (27 setembro 1902).

Leopoldo Sousa, “Grande Seculo”, *Diario do Natal*, ano 18, n.3.529 (12 setembro 1908).



- Liberio. “Piadas”, *Diario do Natal*, ano 15, n.3.012 (21 agosto 1906).
- “Limpeza publica”, *A Republica*, ano 14, n.180 (25 agosto 1902).
- “Limpeza publica”, *A Republica*, ano 3, n.92 (1 janeiro 1891).
- “Notas sportivas”, *A Republica*, ano 21 (27 dezembro 1909).
- “O lixo”, *A Republica*, ano 14, n.92 (1 maio 1902).
- “Os gatos”, *Diario do Natal*, ano 16, n.3.188 (3 maio 1907).
- “Passagem do Rio Salgado”, *Diario do Natal*, ano 15, n.3.053 (18 outubro 1906).
- “Pela carril”, *Diario do Natal*, ano 18, n.3.721 (15 junho 1909).
- Polycarpo Feitosa [1899], *Vida Potyguar* (Natal: Sebo Vermelho, [s.d.]).
- Rapido. “Instantaneas”, *A Republica*, ano 3, n.185 (16 setembro 1897).
- “Regras para viver muito”, *A Republica*, ano 19, n.188 (5 setembro 1907).
- Scipio, “Cinema”, *Diario do Natal*, ano 18, n.3.815 (4 novembro 1909).
- Sem título, *A Republica*, ano 15 (13 abril 1903).
- Sem título, *A Republica*, ano 3, n.125 (8 agosto 1891).
- “Theatro a vapor. Assembleia dos bichos. Cena fantástica”, *Diario do Natal*, ano 14, n.3.160 (21 março 1907).
- Y [pseudônimo de Henrique Castriciano]. “Pro anima vilis”, *A Republica* (22 setembro 1906), in *Seleta: textos e poesia*, ed. José Geraldo Albuquerque (Natal: s.n., 1993):202.

## BIBLIOGRAFIA

- Chris Philo; Chris Wilbert, “Animal spaces, beastly places: an introduction”, in *Animal spaces, beastly places: new geographies of human-animal relations*, ed. Chris Philo; Chris Wilbert (London: Routledge, 2000), 1-34.
- Clemens Wischermann; Philip Howell, “Liminality: A Governing Category in Animate History”, in *Animal History in the Modern City. Exploring Liminality*, ed. Clemens Wischermann; Aline Steinbrecher; Philip Howell (London: Bloomsbury Academic, 2019), 1-24.
- David Gary Shaw, “A way with animals”, *History and Theory*, n. 52 (December 2013), 1-12. <https://www.jstor.org/stable/24542955>.

Dorothee Brantz, “Animals in Urban-Environmental History”, in *Concepts of Urban-Environmental History*, ed. Sebastian Hauman; Martin Knoll; Detlev Mares. (Bielefeld: transcript Verlag, 2020), 192-201.

Dorothee Brantz, “Urban (and Rural History)”, in *The Handbook of Historical Animal Studies*, ed. Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle. (Berlin: Gruyter, 2021), 243-257.

Erica Fudge, “A left-handed blow: writing the history of animals”, in *Representing animals. Theories of Contemporary Culture*, ed. Nigel Rothfels (Bloomington: Indiana University Press, 2002), 3-18.

Gabriel L. Paulo Medeiros, “A cidade interligada: legislação urbanística, sistema viário, transportes urbanos e a posse da terra em Natal (1892-1930)”. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017).

Luís da Câmara Cascudo, *História da Cidade de Natal* (Natal: IHGRN, 1999).

Márcia Marinho, *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense* (Natal: EDUFRN, 2011).

Martha Few; Zeb Tortorici (ed.), *Centering animals in Latin America History* (Durham/London: Duke University Press, 2013).

Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle, “Introduction”, in *The Handbook of Historical Animal Studies*, ed. Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle. (Berlin: Gruyter, 2021), 1-20.

Natascha Stefania Carvalho Ostos. “A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica”, *Cienc. Cult.* 69, n. 2 (abril 2017), 54-57, [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000200018](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200018).

Phillip Howell, “Historical Animal Geographies”, in *The Handbook of Historical Animal Studies*, ed. Mieke Roscher; André Krebber; Brett Mizelle. (Berlin: Gruyter, 2021), 309-324.

Sean Kheraj, “Urban Environments and the Animal Nuisance”. *Urban History Review* 44, n.1-2 (2015), <https://doi.org/10.7202/1037235ar>.

Susan Nance (ed.), *The Historical Animal*. (Syracuse: Syracuse University Press, 2015).

Thomas Almeroth-Williams, *City of Beasts. How animals shaped Georgian London* (Manchester: Manchester University Press, 2019).

## **Give the Oxen a Name: Animals and the Mirroring of Modernity (Natal, 19th-20th Centuries)**

### **ABSTRACT**

The article aims to understand the animals' role within modernization process of the city of Natal between the late 19th and early 20th centuries. From the second half of the 19th century, chroniclers and writers expressed, in their articles, the desire for the physical remodeling of the capital of Rio Grande do Norte according to the ideal of European civilizing urbanity. As this desire was realized and the city transformed, the relationship between humans and animals also changed, producing new tensions and conflicts. The work employs Animal Studies and Environmental History theoretical and methodological contribution to revisit documentary sources widely used in the historiography of Rio Grande do Norte, especially widely circulated local newspapers, but emphasizing the animals that were part of the daily life of the city of Natal in relation to functions such as feeding and transportation, as well as cats and dogs – so-called "invisible in plain sight," as said by Thomas Almeroth-Williams. The presence of animals in newspapers often points to anti-modern representations; undesirable yet necessary, animals were used in pejorative analogies to criticize attitudes and political positions, or in factual episodes to emphasize urban problems. Furthermore, the presence of animals reinforced the idea of colonial inferences, in contrast to a city that was striving to integrate into the Western capitalist world.

**Keywords:** animal studies, urban history, modernity, Natal-Brazil.

Recibido: 12/07/2023  
Aprovado: 14/03/2024